

GEO-GRAFIAS AGRÁRIAS DA AMAZÔNIA

O presente número inaugura o mais recente periódico de Geografia dedicado à publicação de trabalhos acadêmicos, relatos de viagens, notas de pesquisa, cartas abertas, experiências em educação, indicação de leituras, resultados e sínteses de congressos e resenhas de livros.

A Geografia Agrária bem como todos os demais campos de conhecimento que se dedicam a compreensão da natureza, território e os sujeitos políticos, vem passando por significativas e profundas transformações nestas primeiras décadas do século XXI. E este veículo se propõe a publicizar com o rigor técnico necessário e a responsabilidade ética merecida a todos os olhares e idéias que aportem em seu ancoradouro.

A revista Mutirão – Folhetim de Geografias Agrárias do Sul carrega no seu mito de origem a concepção e o significado da expressão tupi que é o do trabalho em grupo e da mobilização coletiva para o cultivo das sementes criolas na roça ou da colheita do plantio maduro na época certa de socializar o alimento sano. Na nossa compreensão não há uma fronteira material ou imaterial que separe o conhecimento prático da perspectiva ontológica do mundo agrário observado e experienciado desde o sul do hemisfério. Assim nasce a Mutirão com o compromisso quadrimestral de apresentar estudos e realidades localizados em espaços-tempos nem sempre lineares ou definidos fora do esquadro do campo científico cartesiano.

Como não podia ser diferente este primeiro número encontrou na temática amazônica a contradição e o conflito entre o brilho das cores e os aromas dos odores das raízes tropicais e a soberba capitalista da extração dos bens da natureza e a destruição da riqueza da vida. Disso resulta os dezesseis artigos e o relato sobre educação intercultural.

Esta edição reúne artigos de distintas gerações de pesquisadores/as e com temáticas variadas, que demonstram bem o conjunto de transformações que passa a geografia agrária nestas primeiras duas décadas. São debatidos desde comunidades indígenas e tradicionais, assentamentos de reforma agrária, o tema da educação, os movimentos sociais, temas colocados diante da teoria e da realidade. Este número é uma reunião especial e temática sobre a geografia agrária do tempo presente.

Num primeiro conjunto de reflexões destacamos o trabalho de abertura que trata de palestra realizada no XXIV Encontro Nacional de Geografia Agrária ocorrido em Dourados, Mato Grosso do Sul. Fabiano Bringel aponta experiências de autonomia territorial centradas na: territorialização dos assentamentos rurais, luta de reconhecimento do território quilombola, povos ribeirinhos e os assentamentos agroextrativistas e a autodeterminação dos territórios Ka'apor. No trabalho seguinte as autoras centram a problemática na seguinte indagação: De que forma o direito ambiental pode ser um balizador na relação entre o homem e o meio ambiente na região Amazônica? Por seu turno o artigo seguinte destaca a ação do PRONAF junto aos camponeses do assentamento São José no município de Balsas, Maranhão. Esta é uma região que o agronegócio avança sobre as populações tradicionais, que sofrem com ações de grilagem, ameaça e corrupção no campo, onde o capital e a produção em larga escala não respeitam a natureza e nem a vida. Na sequência com o título: reprodução social camponesa em uma comunidade amazônica, o trabalho discute como o campesinato se reproduz na Amazônia, enfatizando a importância da terra e do território.

Num segundo conjunto de artigos, temos o trabalho de Mayara Bessa que se propõe a discutir os tratados internacionais que abordam as questões florestais aliados às mudanças climáticas, fazendo uma relação com as novas políticas florestais no Brasil e no Estado do Pará. Já o trabalho de Paulo Aquino Junior envereda no Geografia Agrária destacando a comunidade, sua formação, suas moradoras e moradores e as estratégias deles e do agronegócio na disputa por território. No mesmo sentido caminha Rosiete Santana quando estuda a comunidade Jutaí-Mirim. A mesma busca elucidar a diversidade de formas de regularização fundiária e compreender como as relações entre a comunidade e outros grupos externos intervêm no processo de escolha dos camponeses sobre a melhor forma de regularizar suas posses. No artigo: “A dinâmica para o ensino do campo e as aulas de geografia”, a idéia é a de transformar o ensino tradicional fixo em sala de aula para um ensino mais dinâmico donde os discentes se deslocam da sala de aula para o ambiente vivenciado diariamente por eles que nada mais é do que o local onde eles vivem.

Num terceiro conjunto de artigos temos o trabalho intitulado: “A questão agrária e as políticas públicas territoriais em Belém do Pará”. O mesmo dialoga sobre a necessidade de maiores investimentos do poder público no setor de agricultura

familiar que cada vez mais mostra-se o principal produtor alimentício para a população brasileira. Por sua vez a relação urbano e rural faz parte da realidade amazônica e se configura como um aspecto fundamental para compreender as dinâmicas que se estabelecem no território. Esta é a temática do trabalho de Tássia Curcino. O artigo de Bruna Costa e Elisemberg Oliveira utiliza como suporte de análise o DATALUTA - Banco de Dados da luta pela terra para realizar uma análise acerca dos movimentos socioterritoriais e a luta camponesa no Brasil e no Pará. Por seu turno Maria de Freitas e Gabriela da Silva analisam a educação no/para o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e sua forma de resistência sob o recorte do Assentamento Mártires de Abril – Belém, Pará.

No quarto corpo de artigos temos a análise das comunidades quilombolas e ribeirinhas do Baixo Amazonas santareno. Renata de Bastos e Evilhane Martins apresentam a temática que trata da destruição do meio ambiente e da violação de direitos dos povos tradicionais, diante da atuação das transnacionais da mineração na Amazônia. No artigo: “A questão da titulação da terra e seus conflitos políticos na comunidade remanescente de quilombo Vila do Cravo”, são tratadas as dificuldades de titulação das terras quilombolas no Brasil e os conflitos internos da comunidade. No artigo seguinte, Antônio do Nascimento e Francisco Costa apresentam dados empíricos relativos a economia camponesa, autonomia, associativismo e a inovação técnica e comercial inerentes às virtudes econômicas da atividade para a comunidade. Encerra este número o relato da mesa redonda: “Saberes Tradicionais e Educação Intercultural” realizada no I Congresso Internacional sobre Povos Indígenas em Fronteiras Amazônicas: Diálogos Interdisciplinares escrito por Evilania da Cunha e Gilberto Rocha.

Esperamos que os trabalhos que compõem este número de lançamento e abertura dos mutirões que estão por vir contribuam fundamentalmente para a compreensão e o enfrentamento das questões geográficas candentes de nosso tempo.

Vamos à leitura!